



Leitura e recepção em foco: perspectivas éticas da Comunicação e Educação¹

Ms. Simone Cecília Pelegrini da Silva
Pontifícia Universidade Católica de Campinas²

Resumo

O estudo pretendido baseia-se numa dimensão sêmio-discursiva, considerando signos a serem desvelados. É um estudo de linguagem na medida em que se propõe à análise cultural no campo educativo. É um estudo de comunicação, na medida em que aborda os fluxos comunicativos, enfocando emissor/enunciador, receptor/enunciatário e os meios. O componente dialógico – a interação – permite a compreensão que se circunscreve às complexas formas de comunicação da contemporaneidade, destacando o papel das mediações e dos mediadores nas produções dos sentidos pretendidos. O estudo tem como intenção provar que a imprensa tem consciência da causa e efeito da notícia e usa sua capacidade manipuladora para atingir o leitor seguindo por uma análise das práticas de leitura que se apropriam dos bens simbólicos.

Palavras-chave

Jornalismo; notícia; leitor; jornal diário; recepção; educação

Corpo do trabalho

Pensando-se que a comunicação tem vários desdobramentos e interferências: linguagem, história, cultura, gênero e contrapressões sociais diversas, importa pesquisar a construção das redes discursivas levando-se em conta os desdobramentos dos processos de comunicação: a história, a educação, a cultura, os gêneros, a mediação, o jogo dialógico.

Equivale dizer que, a partir das vozes sociais articuladas e de diferentes formações discursivas de homens, mulheres, marcas étnicas, interesses ideológicos, políticos e econômicos, os jogos mediatizados pela interatividade, buscaremos os sentidos da leitura, aprendizagem, das lacunas remanescentes e do inesperado, utilizando a história cultural. É possível definir a história cultural como sendo uma tendência historiográfica contemporânea que propõe uma nova forma de interrogar a realidade. Para isso lança mão de novos princípios de inteligibilidade, salientando o papel das representações na criação, manutenção e recriação do mundo social.

Embora o interesse pela produção da história da cultura tenha favorecido um papel central da dimensão cultural na constituição do mundo social, ela não foi capaz de romper com o modo de perceber as práticas e os objetos culturais como reflexo de

¹ Trabalho apresentado ao NP 11 – Comunicação Educativa, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; bacharel em Jornalismo pela PUC-Campinas; graduanda em Filosofia na PUC-Campinas; professora da PUC-Campinas na Faculdade de Jornalismo desde 2003 nas disciplinas de Jornalismo Impresso, Jornalismo Online, Jornalismo Literário, Jornalismo Aplicado, Crítica da Mídia; membro do grupo de pesquisa Sociedade Mediatizada;



divisões sócio-econômicas. Isto porque, as primeiras iniciativas de se produzir a história da cultura mantinham uma forte ligação com alguns dos pressupostos metodológicos desenvolvidos no campo da história sócio-econômica. Esta fase inicial da história cultural é reconhecida como história das mentalidades. Chartier desenvolve as suas reflexões e críticas acerca da história das mentalidades e, a partir delas, propõe algumas mudanças no modo de abordar a cultura. Uma de suas primeiras recusas se dá em relação ao “primado quase tirânico do social” (CHARTIER, 1990, p.45), que alimentou a produção de uma história social da cultura, preocupada em caracterizar culturalmente os grupos sociais (erudito x popular) ou caracterizar socialmente os produtos culturais (elite x povo). Com isso, Chartier recusa o pressuposto de que os contrastes e as diferenças culturais estejam forçosamente organizados em função de um recorte social previamente constituído.

Com efeito, as modalidades de apropriação dos materiais culturais, são sem dúvida, tão ou mais distintas do que a inegável distribuição social desses próprios materiais. A constituição de um escala de diferenciações sócio-culturais exige, portanto, que paralelamente às sinalizações das frequências de tais e tais objetos, em tais e tais meios, sejam encontradas, em seus desvios, as práticas de sua utilização e consumo. (CHARTIER, 1996, p.78).

Ao reconhecer a fragilidade do esquema de interpretação utilizado pela história social da cultura para abordar os objetos e práticas culturais, Chartier sinaliza para a necessidade de se pensar em outros termos a relação entre recortes sociais e as práticas culturais. Para responder a essa necessidade propõe o deslocamento de uma história social da cultura para uma história cultural da sociedade.

Uma sociologia retrospectiva, que durante muito tempo fez da distribuição desigual dos objetos o critério primeiro da hierarquia cultural, deve ser substituída por uma outra abordagem, que centre a sua atenção nos empregos diferenciados, nos usos contrastantes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas idéias. (Chartier, 1990, p.136)

O sujeitos são os grupos religiosos organizados da Arquidiocese de Campinas. Buscou-se verificar em que medida os coordenadores das paróquias recebem, interpretam, compreendem, apreendem, posicionam-se e reagem as informações, transmitindo-as a comunidade que trabalham. O estudo em pauta situa-se na área de Linguagem e Comunicação, cujas epistemologias convergem-se para a Educação.



Considera-se que há um estreito vínculo entre a construção de identidades e as condições de relações sociais. Há uma certa flexibilidade, dependente dos referenciais disponíveis. Em Campinas, mais especificamente nas paróquias pertencentes à Arquidiocese, as redes de relações com o espaço são multifacetadas e é nesse espaço que a comunidade têm acesso a bens culturais e informação geral.

Ser de um outro lugar e, agora, ser da comunidade católica em pauta, tende a configurar o espaço como suporte de comunicação e de inter-relação, e, ainda de organização de sentidos.

A comunidade católica em questão constitui-se em resistência, dizendo menos respeito às adversidades da natureza e em nível pessoal e de realização de sonhos e dizendo mais respeito aos aspectos sociais e culturais. Têm sido dirigidas aos locais pelos coordenadores pastorais a linguagem, os costumes, a visão de mundo. Desnecessário dizer da complexidade - e entendendo complexo como MORIN in MORIN e LE MOIGNE (2000,133): não é o não reduzível, o não totalmente unificável, o não totalmente diversificável (...) é aquilo que é tecido simultaneamente, aí subentendidos: ordem/desordem, um/múltiplo, todo/partes, objeto/meio ambiente, objeto/sujeito, claro/escuro - de se construírem sentidos em processos de leitura de jornal diário, em comunidades de diversos contextos e realidades político-econômica – e para estes voltamos nossos olhares - de criação de relações novas, de interpretações diversas e reações sociais múltiplas.

JUSTIFICATIVA

Nos limites deste texto cabe apontar de maneira abreviada algumas idéias relevantes na composição da abordagem proposta por Chartier e que são indispensáveis a esse estudo. Dentro de sua proposição, alguns pares de oposição (criação x consumo, produção x recepção), são problematizados de maneira a dar visibilidade aos intercâmbios e aos influxos recíprocos entre estes campos tradicionalmente apresentados como dicotômicos. É possível afirmar que esse modo de perceber os contrastes culturais elimina a noção de superioridade de uma determinada modalidade cultural sobre a outra. Isto porque o tensionamento das diferentes formas culturais revela que elas são constituídas de maneira imbricada, através de um jogo sutil de apropriações, de reempregos, de desvios a partir dos quais se agrupam elementos de origens bastante diversas.



Saber se pode chamar-se popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de mais identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais.
(CHARTIER, 1990, p.56)

Duas noções são centrais na proposição que Chartier faz para a produção de uma história cultural. A primeira delas é a noção de apropriação, tomada de empréstimo de Michel de Certeau (1994), para definir o consumo cultural como uma operação de produção que embora não fabrique nenhum objeto, assinala a sua presença a partir da maneiras de utilizar os produtos que lhes são impostos. As práticas de apropriação (táticas) são o contraponto às operações (estratégias) que visam disciplinar e regular o consumo cultural.

A segunda noção trabalhada por Chartier é a de representação. É uma noção que ele lança para designar o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais (CHARTIER, 1990, p.6). A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. (CHARTIER, 2002, p.73)

O investimento na produção de uma história da cultura fez com que certos temas passassem a ser privilegiados por historiadores ligados à história cultural. Segundo Nunes e Carvalho,

o campo tradicionalmente relegado à história da educação vem sendo progressivamente ocupado e redefinido pelas investigações da nova história cultural. A ênfase no estudo dos processos de circulação e apropriações culturais vêm fazendo com que esta privilegie, como constitutivo de seu próprio campo de investigação, estudos relacionados a questões educacionais, que vinham sendo de certa forma sendo relegados pela produção historiográfica anterior a uma situação de desprestígio intelectual e institucional.(1993, p.46)

Esta ocupação redesenha o território da história da educação na medida em que propõe novos temas e objetos de estudo e, ao mesmo tempo, apresenta novas perspectivas de análise para temas que já vinham sendo investigados. O crescente número de estudos sobre leitura, cultura escolar, história das instituições escolares, história das disciplinas expressam esse movimento de reconfiguração do território da história da educação. Além das práticas escolares, o horizonte de interesse da história cultural se estende ao tema da leitura enquanto prática cultural.



Chartier é um historiador que tem se destacado por sua produção teórica e metodológica a partir das quais vem problematizando os impasses e possibilidades de produção de uma história da cultura. Embora seja um historiador da cultura escrita, tem dedicado especial atenção ao estudo das práticas da leitura do passado (trabalhos sobre a leitura na França do Antigo Regime, por exemplo) e do presente (as reflexões que tem realizado sobre a relação entre leitura e o mundo digital).

Suas buscas concentram-se no esforço de reconstituir, nas suas distâncias e proximidades, as diferentes maneiras de praticar a leitura, cujos modelos e modos variam de acordo com os tempos, os lugares e as comunidades. Percebe-se que este esforço parte de uma percepção da leitura como uma prática plural, o que lhe obriga de antemão a opor-se às classificações rígidas e simplistas que restringem a realidade da leitura a duas categorias: leitores e não-leitores ou alfabetizados e analfabetos. Nos seus estudos é possível identificar a pluralidade de práticas leitoras, uma prática cambiante e permeada de nuances. No entanto, ele alerta que nem sempre esta dimensão plural da leitura é reconhecida.

Os grandes leitores (...), não há dúvida, têm dificuldade em aceitar que existem outras leituras além da sua, ou ainda em conceber que entre sua leitura de douto e as da maioria existem outras diferenças afora estas: ler muito ou pouco, rápido ou lentamente. (CHARTIER, 1996, p.19)

Mas a trilha de investigação proposta por Chartier pressupõe que a leitura seja abordada não apenas a partir das práticas de recepção dos textos, mas também, dos dispositivos que tentam normalizá-la, modelá-la, controlá-la. Tal projeto impõe a necessidade de reunir duas perspectivas, freqüentemente separadas: o estudo da maneira como os textos, e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores. (1990, p.123).

A disputa entre estas duas perspectivas a partir das quais a leitura é compreendida resulta em uma polêmica que tem atravessado toda a história da leitura. De um lado, a perspectiva estruturalista que pensa os textos em si mesmos, desprendidos de toda a materialidade. De outro, a teoria da recepção que postula uma relação direta e



imediate entre texto e leitor, percebendo a leitura como uma coleção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras. De um lado, o “mundo do texto”; de outro, “o mundo do leitor”.

A aproximação destas perspectivas tão distintas visa transformar esta tensão em uma condição potencializadora da história da leitura. É preciso ressaltar que esta aproximação não elimina o tensionamento existente entre essas duas perspectivas uma vez que ele é constitutivo do campo da leitura. A proposta de Chartier para abordar a leitura a partir de um tensionamento operatório entre o mundo do texto e o mundo do leitor poderia assim ser representado.

De um lado teríamos o pólo da produção que representaria o mundo dos textos e dos suportes que lhes dão sustentação. Neste pólo estariam localizadas as operações de escrita de textos (redação) e de fabricação dos suportes que o colocarão em circulação (editor). Estas operações, orientadas por certas representações de leitura e do público leitor, criam uma série de dispositivos escriturários e editoriais, os quais Chartier nomeia como protocolos de leitura, que buscam refrear a liberdade do leitor tendo em vista a realização daquilo que ele imaginam ser a compreensão correta, a leitura autorizada. Talvez aqui pudéssemos localizar Foucault como sendo um dos interlocutores de Chartier para pensar esse pólo que se configura como um espaço produtor de controle, persuasão, estratégias de controle.

O outro pólo, o da recepção, é o terreno onde reside o leitor e as operações de apropriação dos textos que lhes são propostos. Estas operações de apropriação são marcadas pelo uso de táticas que Certeau, outro interlocutor importante de Chartier na construção dessa abordagem da leitura, vai definir como uma série de atentados ao poder, no espaço de suas previsões, capazes de inventar o cotidiano e contrapor-se às estratégias de ordenamento. No campo da leitura essas táticas se expressariam como uma

“... produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera (...) incapaz de fazer estoque (salvo se escreve ou ´registra´), o leitor não se garante contra o gasto do tempo (ele se esquece lendo e esquece o que já leu) (...) ele insinua astúcias do prazer e de uma reapropriação do texto do outro” (CERTEAU, 1996, p.49)



Talvez seja importante mais uma vez lembrar que esses pólos (o da produção e o da recepção) estão sendo percebidos por Chartier como estando em uma relação um com o outro. Não se trata de uma relação meramente de oposição é uma relação de tensão, de co-ocorrência e concorrência. Ao instalar a leitura nesse espaço de tensão, os processos de produção de sentido que conferem aos textos significados plurais, só podem ser compreendidos no cruzamento dos pólos de produção e recepção, portanto, nas diferentes relações que se estabelecem entre o texto, o suporte que lhe dá sustentação e a maneira como é lido. Portanto, os sentidos e as possibilidades de sua produção deixam de estar fixados em um único pólo. Eles seriam construções resultantes, ao mesmo tempo, do trabalho empreendido pelos escritores (nas suas estratégias de redação), pelos editores (no processo de fabricação do livro) e pelos leitores (nos modos como eles interagem com os textos que lhes chegam às mãos).

Neste tensionamento, as estratégias que visam ordenar e disciplinar as maneiras de ler seriam sempre estratégias passíveis de perturbações, transgressões, subversões. Do mesmo modo, a liberdade dos leitores, suas táticas, sua liberdade seriam sempre operações vigiadas, controlas pelas estratégias de persuasão. Isso supõe investigar a leitura na tensão entre disciplina e invenção ou, dito de outra maneira, entre estratégias de ordenamento e táticas de apropriação dos textos dados a ler.

Robert Darnton é outro historiador ligado à história cultural e que tem desenvolvido reflexões e pesquisas sobre a história da leitura. O estudioso parte do pressuposto que a recuperação da história da leitura será sempre parcial, uma vez que existem limitações de acessar todos os seus vestígios. Dentre os estudos ligados a esta primeira tendência/rota destacam-se as investigações de: Ginzburg (Menocchio), Darnton (Jean Ranson e os leitores de Rousseau), (Jean Hébrard – Jamerey-Duval).

Principalmente a partir do assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos (PT), em 10 de setembro de 2001, ocorrências de política e economia local ocuparam fartamente o noticiário do jornal *Correio Popular*, de Campinas. Tais coberturas exibiam uma característica em comum: o agendamento dos acontecimentos somente concretizou-se quando os efeitos dessas mazelas já atingiam o teto do incontrolável. Esse comportamento da mídia jornalística local aponta para a existência de uma zona de turbulência entre a realidade e as redações que merece uma reflexão mais aprofundada. Ao mesmo tempo, a realidade parece ser percebida como tal somente quando ganha



visibilidade midiática. Entretanto existe uma espécie de força nessas ocorrências que se impõem a despeito do desprezo ou desconhecimento inicial dos produtores de notícia.

Este trabalho acompanhou o desenvolvimento da cobertura desses temas em manchetes no *Correio Popular* e analisou o comportamento dos fluxos que desencadearam e verificou vetores que englobam temporalidade, intensidade, extensão e/ou repercussão. A força orgânica destes temas associada a sua veiculação despertam interesse imediato, fato que tem relação direta com determinados códigos de apelo noticioso que se engendram nas agendas dos jornais. Essa dinâmica assegura intensidade e repercussão só que com picos bem definidos. Existe um núcleo de codificação que regulamenta esse comportamento que é estabelecido a partir da leitura e pelo caráter sistêmico da notícia.

Na verdade, a repercussão do noticiário configura-se como um processo que se institui como definitivo no processo de recepção e, conseqüentemente, a ação gerada por seu entendimento. A produção de notícia envolve processo. As notícias tornam-se referência cujos objetos são as ocorrências que pululam no cotidiano. Estão aptas a produzir interpretantes de diferentes matizes que vão desde a formação de opinião sobre determinados episódios até a geração de ações concretas na sociedade. Ou seja, uma notícia tem a possibilidade de gerar os interpretantes.

As ocorrências, que são alvo de decifração dos jornalistas, são articuladas pelas fontes (pessoas ou instituição aos quais os jornalistas recorrem a fim de obter dados para suas matérias) e estão imbuídas de interesses diversos. Enfim, ao produzir notícia, o repórter opera uma atividade interpretante. É o elo de uma cadeia que se costurou muito antes dele (o acontecimento em si, seu estabelecimento no cotidiano, os envolvimentos econômicos e políticos e, sobretudo, a pauta, formam pontos da cadeia que antecedem a decodificação jornalística). A notícia, nesse sentido, seria o resultado interpretante de um processo. A importância desse enfoque é que ele quebra um dos dos principais mitos que animam o jornalismo moderno, e que até hoje sustenta-se pelas redações, chamado objetividade da notícia.

A mídia não reduz mas reproduz a desigualdade de conhecimento. Quanto melhor preparado o receptor, mais abrangente o referencial de contraste, mais aguda a percepção, e menos imperfeita a retenção. Conhecimento gera progressivamente conhecimento porque permite a reconstrução crescentemente complexa das mensagens



recebidas. Inversamente, em níveis de escolaridade mais baixos, menos complexas as matrizes de exegese, mais acanhado o sentido crítico, maior a tendência à passividade com índices de retenção inferiores. Também na escola o nível socioeconômico do aluno age sobre sua percepção e retenção. Diante da mesma mensagem, leitores de classes sociais diversas absorvem distintamente a mesma informação.

METODOLOGIA

Por compreender conforme LAKATOS E MARCONI (1995) que a pesquisa constitui-se num procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir fatos e por constituir-se num procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, e constituir-se também em caminhos para o conhecimento, acredita-se que a investigação a que se propõe deva constituir-se em conhecimento novo, sistematizado em relação ao que se sabe a respeito do objeto.

Pretendeu-se, assim, verificar em que medida os dados, as evidências e as informações coletadas constituem-se como o novo na construção dos saberes.

O paradigma em que se ancora é aquele que permite ultrapassar a relação do emissor-receptor. Esse paradigma não atenderá ao objetivismo exagerado, mas prevendo que o ato de observação e análise poderá alterar a natureza do objeto e, ainda, possibilitar a integração de sujeitos e objetos, como partes integrantes do que se pesquisa.

Significa compreender a educação como sistema aberto, no qual os processos transformadores estão relacionados e acontecem em decorrência da experiência de cada sujeito. Neste caso, um sistema aberto, em movimento e que não é determinado.

Para saber disso, optou-se pela abordagem quantitativa e qualitativa, pois os significados a serem construídos e as realidades que eles apresentarão são o traço relevante. Não se espera ou postula verdade objetiva. A cientificidade desta abordagem poderá ser constatada no processo científico organizado, pela atitude investigativa sistemática, pelo tratamento dos dados, pela apreensão do inesperado e, principalmente, pela interpretação dos significados e do mundo vivido e compartilhado.

Seria, no dizer de in MORIN E LE MOIGNE MORIN (2000) o conhecimento em dois níveis: empírico e científico. As verificações obtidas esclarecem dados objetivos e possibilitariam a indução de propostas e, num segundo nível, o aporte teórico sustentaria a coerência lógica e fundamentaria o sistema de idéias a que se



propõe. São os princípios da epistemologia complexa que remetem a instâncias: lógicas, epistemológicas, que vão possibilitar o real pesquisado.

A partir da necessidade óbvia de competências básicas, necessita-se também de caminhos, distâncias e percursos diferenciados e, para tal, as diferenças devem ser levadas em conta. Isto diz respeito que, no pólo da recepção, compartilha-se de experiências semelhantes, todavia, cada leitor poderá identificar-se melhor com uma e não muito bem com outra direção. São, portanto, sujeitos ativos que articulam experiências, investigam refletem, selecionam, planejam, organizam e avaliam.

Nessa perspectiva, mais que metodologia ou tecnologia envolvidas, o princípio que norteia a leitura e interpretação é a dialogia, ou seja, a relação de interpretação-apreensão e posicionamento dá-se pelo modo dialógico de interagir.

Como já foi dito, assim instaura-se o paradigma da interdiscursividade, ancorando-se em Bakhtin. Toda produção de efeitos de sentidos que se busca tanto no pólo da produção, quanto no da recepção é um enunciado vivo que se efetiva num determinado momento histórico, em um meio determinado em um contexto de situação determinado. Não se terá mais a leitura passiva, unívoca, pois os significados são reconstituíveis, descentraliza-se a palavra autorizada e transformam-se as relações.

É hora de desfazerem-se conceitos anteriores, onde, ora a comunicação era um instrumento, um recurso para o professor atuar melhor na sala de aula, ora era um objeto um novo poder que necessitava ser conhecido para que seus mecanismos fossem dominados. Portanto, circunscrevia-se à área da educação para a comunicação, onde se enfatizava a formação de receptores autônomos e críticos frentes aos meios, educação para os mídia.

Tenciona-se sistematizar dados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo com amostragem, evidenciando-se o quadro geral dos coordenadores das paróquias da Arquidiocese de Campinas e, em particular, das mudanças observadas – da prática intelectual, a partir da ação dos coordenadores junto a sua comunidade.

Referências bibliográficas

ARIÉS, P. A história das mentalidades. IN: *A história nova*. LE GOFF, J. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARBERO, J. M. *Dos meios às mediações*. Rio: UFRJ, 1997.



- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BURKE, P (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Ed. UNESP, 1992.
- CHAPARRO, M. C. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo, Summus, 1993.
- CHARTIER, A. e HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo. Ática, 1995.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel, 1990.
- _____. (org). *Práticas da leitura*. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.
- _____. Textos, impressões, leituras. IN: *A nova História Cultural*. Hunt, Lynn. São Paulo. Martins Fontes, 1995.
- CITELLI, A . *Comunicação e Educação – a linguagem em movimento*. São Paulo: Senac, 1999.
- DARNTON, R. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro. Graal, 1986.
- _____. História da leitura. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. UNESP, 1992.
- _____. *Edição e sedição*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.
- HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo. Martins Fontes. 1992.
- KARAM, F. J. *Jornalismo, Ética e Liberdade*. São Paulo, Summus, 1997
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: de norte a sul*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- LAGE, N. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *Linguagem Jornalística*. São Paulo, Ática, 1985.
- _____. *Estrutura da Notícia*. São Paulo, Ática, 1985.
- LAKATOS, E.M. e MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995
- LE GOFF, J. *A história nova*. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- MAROTTA, C.A. *O que é História das mentalidades*. São Paulo. Brasiliense. 1991. Coleção Primeiros Passos nº 253.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- MORIN, E. e LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. Petrópolis: Fundação Petrópolis, 2000.
- MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional (cap.6, p.267 a 304). São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.